



**Ministério Público**  
do Estado de Rondônia  
*em defesa da sociedade*

---

**2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CACOAL**  
**INQUÉRITO CIVIL N. 14-2019-2ª PJC**

---

**Reg. Parqueweb: 2018001010079764**

**Curadoria da Educação**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. DEFESA DA EDUCAÇÃO. DESVIO DE FUNÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO QUADRO DE APOIO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CACOAL-RO.

O **Ministério Público do Estado de Rondônia**, apresentado pela Promotora de Justiça Dra. LUCIANA ONDEI RODRIGUES SILVA, da Segunda Promotoria de Justiça de Cacoal-RO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 25, inciso IV, alíneas "a" e "b", e 26, I, da Lei Federal n. 8625/93, artigo 8º, § 1º, da Lei Federal n. 7.347/85, artigo 2º e seguintes da Resolução n. 005/2010-CPJ do MPE-RO, artigo 3º, §§ 3º, 4º e 5º da Resolução n. 001/2013-PGJ/CG e artigo 3º e 7º da Resolução 174/2017-CNMP,

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da Constituição da República);

**CONSIDERANDO** que a educação é um direito social, tratado como prioridade quando direcionado a crianças e adolescentes, nos termos do art. 227 da Constituição Federal e art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente;



---

**2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CACOAL**

---

**CONSIDERANDO** as reiteradas notícias recebidas pelo Ministério Público, relatando desvio de função de diversos servidores, notadamente, lotados na Secretaria Municipal de Educação, ficando, dessarte, alguns setores desfalcados ou colocando em sobrecarga os demais servidores, o que implicaria diretamente na eficiência da prestação do serviço;

**CONSIDERANDO** a necessidade de averiguar se os servidores municipais efetivos do quadro de apoio lotados na Secretaria de Educação estão, de fato, desempenhando as atividades típicas do cargo para o qual prestaram concurso e foram nomeados e/ou se as nomeações para cargos em comissão observam o estabelecido no art. 37, caput, e inciso V, da CF/898, bem como o impacto na prestação de serviços de educação aos alunos;

**RESOLVE** instaurar o presente **INQUÉRITO CIVIL**, com o objetivo de apurar desvio de função de servidores públicos efetivos do quadro de apoio da rede municipal de ensino de Cacoal (auxiliar de serviços gerais, auxiliar de administração, secretárias de escola, zeladores, merendeiras, dentre outros), visando colher elementos necessários para subsidiar a adoção de medidas administrativas e judiciais pertinentes;

Nos termos do inciso V do art. 9º da Resolução n. 005/2010-CPJ, designo o servidor Valdecir Moraes de Oliveira, Técnico Administrativo, para secretariar o presente Procedimento Administrativo de tutela de interesses coletivos. devendo adotar as seguintes providências:

a) Autuar e registrar esta Portaria, anexando-a ao sistema informatizado, nos termos da Resolução n. 005/2010CPJ; e registre-se como investigado o Município de Cacoal-RO, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Administração;



**Ministério Público**  
do Estado de Rondônia  
*em defesa da sociedade*

---

**2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CACOAÍ**

---

b) Encaminhe-se extrato da Portaria Inaugural para publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Rondônia – DEMP/RO, nos termos da Lei n. 4.427/2018, e Resolução n. 01/2019;

c) Aguarde-se o cumprimento do despacho n. 94;

d) Após, nova vista análise e deliberação;

Cacoal-RO, 14 de março de 2019.

**LUCIANA ONDEI RODRIGUES SILVA**

*Promotora de Justiça*